



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ – BREVES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

ESTELIANE SANTOS DE SOUSA
JERUSA CARDOSO MORAES

O PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DO ALUNO SURDO: ações da ASBRE
(Associação dos Surdos de Breves)

BREVES-PARÁ

2021

ESTELIANE SANTOS DE SOUSA
JERUSA CARDOSO MORAES

O PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DO ALUNO SURDO: ações da ASBRE
(Associação dos Surdos de Breves)

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal do Pará - Faculdade de
Educação e Ciências Humanas/ Campus
Universitário do Marajó - Breves para obtenção do
Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Esp. Carlos Rodrigo Moraes de
Souza.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M827p Moraes, Jerusa Cardoso.
O processo de inclusão social do aluno surdo : ações da
ASBRE Associação dos Surdos de Breves / Jerusa Cardoso
Moraes, Esteliane Santos de Sousa . — 2021.
41 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Esp. Carlosrodrigo Moraes de Souza
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do
Pará, Campus Universitário de Breves, Faculdade de Educação,
Breves, 2021.

1. Educação especial. 2. Inclusão social. 3. ASBRE. I.
Título.

CDD 302

ESTELIANE SANTOS DE SOUSA
JERUSA CARDOSO MORAES

O PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DO ALUNO SURDO: ações da ASBRE
(Associação dos Surdos De Breves)

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal do Pará - Faculdade de
Educação e Ciências Humanas/ Campus
Universitário do Marajó - Breves para obtenção do
Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovação em: ____ / ____ / ____

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Prof.º Orientador Esp. Carlos Rodrigo Moraes de Souza
Especialista em AEE e Educação Especial
Cândido Mendes

Prof.ª Renata Aparecida Farias Machado
Mestranda em Educação Pedagoga

Prof.º Marcley Xavier de Melo
Bacharel em Serviço Social–UFPA
Especialista em enfrentamento à violência contra criança e adolescentes–UFPA

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso contou com a ajuda de diversas pessoas, dentre as quais agradeço:

Ao nosso professor orientador, que nos acompanhou pontualmente dando todo o auxílio necessário para elaboração da pesquisa.

Aos professores do curso de Pedagogia que através de seus ensinamentos permitiram que eu pudesse estar concluindo este trabalho.

A todos que participaram da pesquisa, pela colaboração e disposição no processo de obtenção de dados.

As minhas colegas e amigas Bárbara e Jerusa, por compartilharem comigo tantos momentos e por todo companheirismo ao longo deste percurso.

Esteliane santos de Sousa

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia.

Gratidão pelos meus pais Jeter Moraes Pinto e Kátia Sineide Cardoso Moraes, por sua presença e amor incondicional na minha vida sempre. Este TCC é a prova de que os esforços deles pela minha educação não foram em vão e valeram a pena.

A minha irmã Larissa, que sempre esteve ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo da vida.

Meus agradecimentos às amigas Bárbara e Esteliane, companheiras de trabalhos e irmãs na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida.

Ao professor Esp. Carlos Rodrigo Moraes de Souza, pela orientação, apoio e confiança.

À instituição de ensino UFPA, essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso.

E a todos aqueles que contribuíram de alguma forma, para a realização deste trabalho direta ou indiretamente do desenvolvimento de pesquisa.

Jerusa Cardoso Moraes

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar o contexto da educação inclusiva e o processo de inclusão de alunos surdos na cidade de Breves-PA, destacando a importância das ações da ASBRE – Associação dos Surdos de Breves, para a integração e inclusão social de seus alunos. Será investigada a história da educação especial em seu contexto geral, no Brasil e no município de Breves-PA, assim como as leis e decretos que tratam da Educação Especial no Brasil. Finalmente, destacaremos o processo de ensino de libras na ASBRE e as práticas desenvolvidas pela associação. A inclusão social do surdo é um desafio que a sociedade enfrenta em tempos de mudança, e causam muitos questionamentos, pois para que os sujeitos, com e sem deficiência, exerçam plenamente o direito pleno à cidadania, é indispensável que a sociedade aprimore suas práticas, a fim de atender as individualidades. É imprescindível destacar que, como veremos, ao final desta pesquisa, como o trabalho da Associação dos Surdos de Breves – ASBRE é essencial para a inserção do surdo na sociedade.

Palavras-chave: Educação especial; ASBRE; Inclusão social.

ABSTRACT

This work aims to investigate the context of Special Education and the process of inclusion of deaf students in the city of Breves-PA, highlighting the importance of the actions of ASBRE - association of the deaf of Breves, for the integration and social inclusion of your students. The history of special education in its general context, in Brazil and in the municipality of Breves - PA, will be investigated, as well as the laws and decrees dealing with Special Education in Brazil. Finally, we will highlight the process of teaching pounds at ASBRE and the practices developed by the association. The social inclusion of the deaf is a challenge that society faces in times of change, and causes many questions, because for subjects, with and without disabilities, to exercise the full right to citizenship, it is essential that society improves its practices, the in order to meet the individualities. It is also essential to highlight that, as we will see, at the end of this research, how the work of the Association of the Deaf of Breves - ASBRE is essential for the insertion of the deaf in the community / society.

Keywords: Special education; ASBRE; Social inclusion

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Brasão ASBRE	24
Figura 2 - Bandeira ASBRE	24
Figura 3 - Projeto dança inclusive do grupo Nheengaibas	25
Figura 4 - Projeto musicalidade em LIBRAS	25

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	11
2.1	Histórico da educação especial geral	11
2.2	Histórico da educação especial no Brasil	13
2.3	Histórico da educação especial em Breves	15
2.3.1	Educação especial em breves de 1998 a 2010	17
2.3.2	Educação especial em breves de 2010 a 2018	18
3	MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	19
3.1	Declaração de Salamanca na Educação Especial	19
3.2	A Lei de Acessibilidade 10.098/2000: um direito de todos	20
3.3	A LBI e seus impactos na inclusão de alguns com deficiência	21
4	ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE BREVES (ASBRE)	23
4.1	Ações da ASBRE	24
4.2	Perfil dos professores da ASBRE	25
4.3	Metodologias utilizadas pela ASBRE	26
4.4	Contribuições da ASBRE para a inclusão dos alunos surdos	26
4.5	Processo de avaliação dos surdos e ouvintes	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS	29
	ANEXO A – PROJETO DANÇA INCLUSIVA DO GRUPO NHEENGAIBAS	31
	ANEXO B – PROJETO MUSICALIDADE EM LIBRAS	33
	ANEXO C – OFICINA DE LIBRAS	35
	ANEXO D – PROJETO DANCING SURDOS	37
	ANEXO E – 5º ANIVERSARIO DA ASBRE	39
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	41

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo investigar o contexto da educação inclusiva e o processo de inclusão do aluno surdo no município de Breves-PA, destacando-se a importância das ações da ASBRE – associação dos surdos de Breves, para a integração e inclusão social de seus alunos.

Com relação à metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho, foi utilizada a pesquisa qualitativa, mais do que índices, ela busca significados, mais do que descrições, busca interpretações, mais do que coleta de informações, busca entender os sujeitos e suas histórias (MARTINELLI, 1999).

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica que, de acordo com Gil (2008), é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos; mas, também, utiliza outros documentos tornados públicos como revistas, jornais, monografias, teses, dissertações, entre outros. Para tanto, privilegiou-se por pesquisas em livros, artigos científicos e revistas, relativos aos direitos dos surdos e sua trajetória histórica, com um foco especial na educação, bem como, fontes bibliográficas, monografias, teses e dissertações relativas ao tema. Utilizaram-se também entrevistas semiestruturadas, que de acordo com Triviños (1987, p. 146) tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa.

A educação inclusiva tem sido um tema utilizado, com frequência, na literatura brasileira. Mesmo com toda a importância que a educação possui na vida do homem e estando amparada por lei, ainda, assim, várias pessoas não possuem as mesmas oportunidades de acesso a mesma. É necessário que os espaços destinados ao ensino permitam o livre acesso a todos. No meio escolar deparamo-nos com “uma grande parcela da população brasileira que ainda não tem acesso à educação, particularmente, os portadores de necessidades especiais”. (DUARTE; COHEN, 2006, p.2)15

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo (O processo histórico e filosófico da Educação Especial) discorre-se sobre: No tópico (2.1) Um breve histórico da Educação Especial no mundo, (2.2) Histórico da Educação Especial no Brasil, (2.3) Histórico da Educação Especial em Breves. No

segundo capítulo (Leis e Decretos) destacam-se: (3.1) A Declaração de Salamanca, (3.2) A Lei da Acessibilidade e (3.3) A Lei de Diretrizes e Bases Inclusiva – LDBI. E o terceiro capítulo possui enfoque na ASBRE – Associação dos Surdos de Breves: (4.1.) Ações da ASBRE, (4.2.) Perfil dos professores da ASBRE, (4.3.) Metodologias utilizadas pela ASBRE, (4.4.) Contribuições da ASBRE para a inclusão social dos alunos surdos e (4.5.) Processo de avaliação dos alunos surdos e ouvintes.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

2.1 Histórico da educação especial geral

Os primeiros registros de pessoas com deficiência foram historiados na Bíblia sagrada na idade antiga (3.500 a.C. a 476 d.C.), também conhecida como era pré-cristã. Desde o princípio da humanidade as pessoas com deficiência são alvos de segregação e marginalização. Na bíblia há vestígios de abandono de pessoas com deficiências.

Ao longo da história a deficiência apresenta uma longa trajetória de exclusão daquilo que foge do “comum”. De acordo com Bianchetti. (1998):

É evidente que alguém que não se enquadra no padrão social e historicamente considerado normal, quer seja decorrente do seu processo de concepção e nascimento ou impingido na luta pela sobrevivência, acaba se tornando um empecilho, um peso morto, fato que o leva a ser relegado, abandonado, sem que isso cause o chamado sentimento de culpa característico da nossa fase histórica (BIANCHETTI, 1998, p. 27).

A dificuldade de lidar com o diferente e aceitar a criança com necessidades educativas especiais na escola são evidentes desde a gênese da humanidade, percebe-se a necessidade de se debruçar diante dos desafios da inclusão de crianças com deficiência na sociedade em geral e na comunidade escolar.

[...] na Antiguidade Clássica as crianças deficientes eram abandonadas e mesmo eliminadas por não serem consideradas aptas para a arte de guerrear, durante a Idade Média, com a difusão da doutrina cristã, instituições asilares foram criadas para recolher indiscriminadamente loucos, prostitutas, mendigos e excepcionais, uma vez tratem-se de “filhos de Deus”, incapacitados para uma vida social e econômica aceitável (ARAÚJO, 2000, p. 2, grifo do autor).

Na Grécia antiga e em Roma, Cultuava-se a perfeição do corpo, deste modo às crianças que nasciam com alguma deficiência eram abandonadas em montanhas, sacrificadas, escondidas da sociedade, atiradas em rios, pois as pessoas ditas “normais” tinham medo de que a deficiência física fosse contagiosa, em virtude disso, mantinham as pessoas deficientes afastadas do convívio social e eliminavam da sociedade.

Neste contexto a religião tinha forte influência na sociedade, então tudo o quanto a religião e o misticismo propunham era seguido como lei, na Idade Média (476 d.C. a 1453 d.C.), as crianças especiais eram vistas como resultado de feitiçarias, já que Deus fez o homem sua imagem e semelhante, portanto, toda e qualquer imperfeição seria marca do pecado.

A aceitação de pessoas com deficiências se deu no início da Idade Moderna (1453 d.C. a 1789 d.C.), embora tenha surgido o assistencialismo, neste contexto as deficiências ainda eram tidas como incapazes. No século XVI usava magia e astrologia para tratar as deficiências, neste século percebeu-se a necessidade de conhecer tais deficiências e intensificar os estudos sobre as mesmas. De acordo com TEXEIRA E MATOS 2009, a falta de conhecimentos específicos acarretava em diagnósticos radicais:

[...] pela falta do conhecimento médico, os diferentes ainda eram considerados seres endemoniados, mas aos poucos, nesse período, o tempo trazia a compreensão da deficiência. No século XVII ainda se considerava a deficiência como algo ligado à prática religiosa e sem perspectiva de mudança (TEIXEIRA; MATOS, 2009. P. 1).

Entre os séculos XVII e XIX ocorreu um grande avanço nos estudos sobre as deficiências, neste contexto já havia atendimento para deficientes de modo precário que foi denominado “Pedagogia de Anormais”.

Para Nogueira (2008) no século XX, os indivíduos com deficiência passam a ser vistos como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade, mas sob uma ótica assistencial e caritativa. Em 1948 surge a primeira diretriz política dessa nova visão por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos que diz que todo ser Humano tem direito a educação.

Ainda segundo a autora nos anos 60, surgem as primeiras críticas à segregação. A partir daí teóricos passam a defender a adequação do deficiente a sociedade para permitir sua integração. A Educação Especial no Brasil surge pela primeira vez na Lei de Diretrizes e Bases - LDB 4.024, de 1961. A lei aponta que a

educação dos excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação (Nogueira, 2008, p.10).

O grande marco para as pessoas com deficiências se deu em 1975 nos Estados Unidos, com a criação da educação inclusiva. A partir deste momento, as pessoas com deficiência poderiam estudar em escolas regulares, com algumas restrições, pois até o presente momento não havia adaptação do currículo. Em 1994 com a declaração de Salamanca na Conferência Mundial de Educação Especial admitiu a necessidade e urgência na educação de crianças, jovens e adultos com deficiência e reafirmou o compromisso com a educação para todos.

2.2 Histórico da educação especial no Brasil

O Brasil tem tido um avanço significativo em no que concerne a Educação Especial, desde o Brasil Republica. De acordo com MAZZOTA 1996, no Brasil República ainda prevalecia o conceito de que os alunos com deficiência eram incapazes, em virtude de suas limitações físicas e psíquicas, que lhes faziam com que o seu processo de aprendizagem fosse diferente de uma pessoa sem deficiências, deste modo não tinham acesso à educação.

O Brasil se espelhou nos modelos de Educação Especial dos americanos e europeus, pois estes eram tidos como modelos padrão de Educação Especial. Em 1854 Dom Pedro II criou o Imperial Instituto de Meninos Cegos que atualmente é conhecido como Instituto Benjamin Constant e o Instituto dos Surdos-Mudos.

Assim como ao longo de toda a história, as pessoas com deficiências mentais eram mais segregadas do que as pessoas com limitações físicas, e no Brasil Império não foi diferente, ao invés de estarem inseridas no ambiente escolar, essas crianças recebiam atendimentos psiquiátricos.

Segundo LEMOS 1981, a segregação de pessoas com deficiência no Brasil minimizou com a Proclamação da República, onde houve reformulações no regulamento do Instituto, objetivando inserir alunos com deficiências visuais para a sociedade, após a conclusão de seu curso no Instituto. Com o passar do tempo surgiram Escolas específicas para a Educação Especial, ainda em um contexto de segregação e exclusão.

A quase totalidade dessas instituições, na maior parte ligada a Instituições Religiosas, revestia-se de caráter filantrópico-assistencial, contribuindo para que a deficiência permanecesse no âmbito da caridade pública e impedindo, assim, que as suas necessidades se incorporassem no rol dos direitos de cidadania. (BUENO, 1993, p. 90).

Em 1920 surgem as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAES. Ao decorrer da história foram criados diversos Institutos dedicados à Educação Especial, vale ressaltar que esta trajetória de lutas de direitos das pessoas com deficiências é extensa, e que, em 1964 a Federação Nacional das APAES já contava com doze instituições, e as mesmas deram suporte para que as legislações viessem ser criadas e vigoradas.

Após os decretos houve uma reviravolta favorável para a Educação Especial, os anos de 1970 ficaram marcados como o momento que assinalou a entrada de alunos com necessidades educativas especiais em escolas regulares. Com intuito de aprimorar os serviços de atendimentos, por meio do Decreto nº 72.425/1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial, visando planejar e promover a Educação Especial. Porém, posteriormente esse Centro passou a ser a Secretária de Educação Especial – SESPE.

Em 1990 aconteceu mais uma reviravolta neste cenário, em que a SESPE foi declarada extinta, em consequência disto, a Secretária Nacional de Educação Básica – SENEb se apossa da responsabilidade de encaminhar a Educação Especial no Brasil, neste mesmo período o Departamento de Educação Supletiva e Especial foi criado, após a queda do Presidente Collor de Mello, o Departamento de Educação Supletiva e Especial fica extinto, retornando a responsabilidade para a Secretaria de Educação Especial.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que os pais ou responsáveis tenham a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na Rede Regular de Ensino. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas para Educação Inclusiva.

Contudo, percebem-se os desafios da Educação Especial expresso na história de lutas pela garantia da inclusão social de pessoas com deficiências. As lutas pela conquista das legislações que prevê a inclusão tecem uma linha de tempo

paulatino, haja vista que, a inclusão social de alunos com deficiências na escola regular é à base das legislações.

2.3 Histórico da educação especial em Breves

O contexto histórico da Educação Especial no Município de Breves – Pará se dá em três etapas, de acordo com LOBATO, 2019:

a) De 1985 a 1997 – em que o Ensino Fundamental era de responsabilidade do Governo Estadual; b) de 1998 a 2010 – após o período de municipalização do Ensino Fundamental, em que este passa a ser responsabilidade do município; c) de 2010 a 2018 – em que a Coordenação da Educação Especial passa a ser responsabilidade do CAEE/SEMED/BREVES.

Aqui iremos discorrer sobre os anos de 1985 a 1997, neste período o ensino fundamental estava sob a responsabilidade do Governo do Estado do Pará, assim como em toda a trajetória da educação especial, a implementação desta modalidade de educação no município de Breves também foi marcado de lutas e manifestações em prol da educação e do direito de uma educação para todos, assim como está expressa no art., 205 da Constituição Federal de 1988.

De acordo com LOBATO (2019) a educação especial em Breves teve suas primeiras atividades por volta de 1998, ainda segundo o autor, antes disso, não há registro de inclusão de pessoas com deficiências nas escolas do município. Cabe ressaltar que em 1985 já havia uma turma composta por dois alunos portadores de deficiência na Escola Estevão Gomes. Como antes a educação destes ficava a cargo de suas famílias, a abertura de turmas especiais se dava através da procura dos professores, as famílias não possuíam ainda o hábito de ir à escola para realizar a matrícula das pessoas com deficiência.

Em LOBATO (2019) p.22, menciona-se a Lei nº 2.388/2015 que se refere ao Documento Base do Plano Municipal de Educação do município de Breves, onde se é possível acompanhar a trajetória histórica da educação especial no município:

A educação Especial em Breves iniciou-se no ano de 1985, com atendimento domiciliar. Posteriormente, os alunos foram encaminhados para as escolas onde se trabalhava a educação especial no processo da integração, com as chamadas classes especiais onde perdurou por muitos anos, em seguida, já na classe especial o aluno estudava em uma sala

separada do ensino regular e era preparado para ingressar no ensino comum [...].

Sob responsabilidade do Governo do Estado, em 1986 a 13ª Unidade Regional de Educação - URE de Breves empossa como diretora de Educação especial a professora Vanderli M. do Espírito Santo e como coordenadora a professora Maria José Barbosa da Silva, estas foram as pioneiras na Educação Especial em Breves. Neste contexto, o quadro de professores do Município ainda não estava apto para atuar na área, então a 13ª URE encaminhava estes professores à Belém para participar de treinamentos e assim poder atuar como professores da Educação Especial.

Constituiu-se uma parceria entre a 13ª URE e Centro de Educação Especial – CEDESP, Departamento de Educação Especial – DEES, onde os professores realizavam a capacitação ou estudos adicionais, como era conhecido na época, no Centro de Treinamento e Recursos Humanos – CTRH. Durante a breve coordenação da professora Maria José Barbosa, a mesma encaminhou três professoras ao CTRH para que realizassem os estudos adicionais.

No segundo semestre de 1986, a professora Socorro Lélis assume a coordenação de Educação Especial em Breves. Na atual coordenação as professoras Decleoma Lobato Pereira e Odaleia Assunção se integraram a esta nova equipe de trabalho, as mesmas atendiam os públicos-alvo de deficiência visual, deficiência mental/intelectual e deficiência auditiva. Destaca-se que as escolas precursoras da Educação Especial em Breves foram as escolas Lauro Sodré, onde havia uma turma de deficientes auditivos em que a docente responsável era a professora Socorro Rodrigues, e a escola Estevão Gomes.

No que se refere à capacitação de professores, os mesmos deviam ser encaminhados para Belém para realizá-la. O Governo do Estado oferecia os subsídios para que esses professores realizassem capacitação, e como moeda de troca os professores firmavam um compromisso com o Governo do Estado, em que deveriam prestar serviços a 13ª URE de Breves durante três anos, para que os gastos com investimento nas capacitações tivessem retorno ao Governo.

Deste modo se deu os primeiros passos da Educação especial em Breves, percebe-se que o Governo do Estado trouxe uma contribuição significativa no processo histórico da Educação Especial em Breves, ao firmar o compromisso com a capacitação de professores. Dentre as inúmeras conquistas para a Educação Especial em Breves, sob a coordenação de Socorro Lélis, cabe aqui mencionar a

construção de salas de Educação Especial nas escolas Lauro Sodré e Rossilda Ferreira.

Paulatinamente a Educação Especial foi se consolidando em Breves, e houve a ampliação de oferta na Educação Especial com a construção de salas específicas nas escolas, Estevão Gomes, Paulo Rodrigues, Emerentina Moreira de Souza e Maria de Lurdes Campos Sales.

Na década de 1990 a professora Maria do Perpétuo Socorro Gomes Rodrigues assume a coordenação de educação especial em Breves onde permaneceu até o processo de municipalização do Ensino Fundamental em 1998. Durante sua gestão a Educação Especial ampliou seu quadro de professores, salas e aumentou o número de pessoas atendidas pelos serviços prestados pela Secretaria de Educação Especial.

2.3.1 Educação Especial em Breves de 1998 a 2010

Com Ensino Fundamental sob responsabilidade do Governo Municipal, a professora Sônia Regina Andrade Fernandes. Assim como as coordenações anteriores deixaram suas contribuições para a Educação Especial em Breves, a atual coordenação que foi remanejada para o prédio da SEMED, onde passou a desenvolver suas ações após o processo de municipalização.

Dentre seus projetos acentuaremos o Grupo Coreográfico “Corpo, Expressão e Movimento”, o grupo é uma parceria da coordenadora com o professor de Educação Física Sergio Fernandes. Conforme LOBATO, 2019, [...] o grupo tinha como objetivo sensibilizar a sociedade na produção de conhecimentos na área da Educação Especial, utilizando a dança [...].

Neste período as discussões acerca da Educação Especial se ampliaram no cenário nacional, ainda de acordo com o autor:

Destaca-se que neste período a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/1996 e o Decreto nº 3.298/1999 impulsionaram, ainda mais, os sistemas de ensino em todo o país a garantir a matrícula das pessoas com deficiência em escolas com turmas inclusivas ou no sistema de Educação Especial.

Notam-se os avanços significativos na luta pela garantia de direito ao acesso à educação para pessoas com deficiência.

2.3.2. Educação Especial em Breves de 2010 a 2018

A partir de 2010 a Educação Especial passa a atuar no âmbito do Centro de Atendimento Educacional Especializado CAEE sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação SEMED/BREVES. Após anos de lutas e reivindicações sociais e políticas em prol de uma educação inclusiva de fato, em 01 de julho 2010 inaugurou-se o Centro de Atendimento Educacional Especializado Hallef Pinheiro Vasconcelos, com base na Lei 2.095/2005. Desde 1985 no município de Breves luta-se pela inclusão de alunos com deficiências, a trajetória histórica da Educação Especial em Breves, é marcada por muitas conquistas de caráter social e político em prol da seguridade em educação de qualidade para todos.

O centro trouxe a realidade da Educação Brevense a tão sonhada inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares, tendo como objetivo principal dar todo o apoio necessário para que houvesse esta inclusão de fato, através do Atendimento Educacional Especializado AEE, realizado no contra turno das aulas regulares. Em LOBATO (2018) expressa as funções do Centro: Apoiar a inclusão educacional e social dos alunos com deficiência, Transtornos Globais e Altas Habilidades/Superdotação [...].

O centro promove várias ações voltadas para seu público alvo, com intuito de promoção da inclusão escolar, bem como, aprendizagem de Libras, Capoeira Inclusiva, projeto Fisio Aquática, todos os projetos desenvolvidos pelo Centro Hallef Pinheiro visam o desenvolvimento de habilidades que venham superar as dificuldades causadas deficiências portadas pelos alunos.

Na coordenação do Professor Vitor Serra Rodrigues, é notável a expansão significativa de atendimentos especializados prestados pelo CAEE, abrangendo 574 alunos distribuídos em 101 escolas da rede municipal de ensino, vale ressaltar que o há assessoramento para todos os profissionais atuantes na Educação Especial, formação continuada, a trajetória histórica da Educação Especial no Município de Breves foi repleta de muitos desafios, superações e conquistas. Através do CAEE a oferta da Educação Especial, passou a alcançar tanto o público urbano quanto na zona rural, houve uma ampliação significativa dos serviços.

3 MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

3.1 Declaração de Salamanca na Educação Especial

A educação especial é marcada pela segregação e exclusão, é neste contexto, que a Declaração de Salamanca sobre princípios e práticas na área das necessidades educativas especiais, inicia a sua busca pela melhoria no acesso a educação para pessoas com deficiência.

A declaração surge com intuito de assegurar o acesso à educação para todos, haja vista que no cenário de 1994, a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais não estava integrada ao sistema educacional, as regras estabelecidas pelo documento das nações unidas, iria reverter este cenário, de modo que, os estados deveriam assegurar este acesso e permanência de alunos com necessidades educacionais nas escolas.

E na perspectiva da inclusão, que esta declaração vem garantir demandas educacionais embasadas na igualdade de direitos e na não discriminação (seja social, econômica e/ou sociocultural) entre as pessoas, objetivando uma educação de qualidade para todos respeitando acima de tudo as diferenças, limites e possibilidades das pessoas com deficiência.

A Declaração de Salamanca aponta em seu art. 2, que as escolas devem combater atitudes discriminatórias e incentivar a criação de programas educacionais levando em conta o grande quantitativo de habilidades e necessidades, que diferem de um aluno para o outro.

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas [...] (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 1).

Notamos que, a declaração de Salamanca foi um marco no processo de inclusão e de direitos igualitários à educação para todos os indivíduos, uma que vez, em seu art. 3 declara que os sistemas educacionais devem se adequar para que

possam se tornar aptos para receber os alunos com diversidades de diferenças e dificuldades individuais. Ainda de acordo com a declaração:

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos de avantajados ou marginalizado [...] No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem [...] as Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas [...]. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 3-4).

De acordo com, Glat (2007) é preciso existir o empenho da escola, da família, do aluno com deficiência, e também dos demais alunos, ou seja, dos envolvidos como um todo. É preciso haver nesses envolvidos uma disponibilidade interna para a efetivação da inclusão.

Portanto, a Declaração de Salamanca nos mostra que, o processo de inclusão é muito mais amplo e ultrapassa o âmbito escolar. Percebe-se que a sociedade em geral deve se despir da cultura de que o “diferente” deve viver a margem da sociedade e afastado de atividades comuns que pessoas ditas “normais” realizam cotidianamente. E compreender que a inclusão não é somente para o deficiente, mas para todas as pessoas que se encontrem em situações desfavorecidas educacionalmente, socialmente e economicamente.

3.2 A lei da acessibilidade 10.098/2000: um direito de todos

A Lei nº 10.098/2000 foi criada para assegurar as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, direitos igualitários e pleno acesso a todos os lugares, a lei expressa em seu art. 2 o conceito de acessibilidade, e relata que os mesmos têm direito à:

I- Acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

Está Lei estabelece algumas regras básicas, para que acesso venha ser assegurado de fato. Ainda segundo a Lei, todas as barreiras devem ser removidas para que haja autonomia na locomoção e na comunicação, bem como, as construções públicas e privadas de uso coletivo, devem ser construídas de modo que seja acessível às pessoas com deficiências e mobilidade reduzida.

Em seu art. 13 a Lei fala sobre edifícios privados e de sua obrigatoriedade em promover a acessibilidade, frisando que estes devem portar elevadores com cabines acessíveis a pessoas com deficiências e mobilidade reduzida, estes elevadores devem também viabilizar o fácil acesso com o exterior do edifício e com as vias públicas, todos os elementos de uso comum desses edifícios deverão atender a Lei de acessibilidade.

Neste sentido, deve-se considerar que todas as modificações dos espaços físicos urbanos de um município devem cumprir as regras de construção e reforma, tanto de espaços públicos quanto de espaços privativos, no entanto, sabemos que na prática nem sempre as regras que a Lei impõe são atendidas.

No que concerne aos espaços educacionais, é válido suscitar que a Lei também tem aplicabilidade, este ambiente deve promover condições de convivência plena, respeitando e atendendo as limitações físicas e de locomoção. No art. 24 do decreto-lei 5.296/2004, deixam claro que todo estabelecimento de ensino público ou privado, deve proporcionar condições básicas de acesso a todos os espaços da estrutura escolar, adaptando banheiros, elevadores, rampas, salas de aula biblioteca e área de lazer e desportiva.

3.3 A LBI e seus impactos na inclusão de alunos com deficiência

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) 13.146 de 06 de junho de 2005, que dispõe sobre a inclusão social e cidadania de pessoas com deficiência, também é conhecida como o Estatuto das Pessoas com Deficiência, é mais um avanço significativo na seguridade de inclusão e promoção de direitos igualitários para pessoas com deficiência no Brasil. A Lei busca obstruir quaisquer barreiras na interação e convívio social com as demais pessoas.

Sabemos que ainda nos dias atuais, as pessoas com deficiências e limitações temporárias ou definitivas, enfrentam diariamente inúmeras barreiras no concerne à

integração social, grande soma da sociedade, ainda estão impregnados com as crendices medievais, em que as pessoas com deficiências eram vistas como incapazes de exercer funções que pessoas sem deficiências exercem, isso ainda reflete na época presente.

Em virtude dessa resistência da sociedade em promover a inclusão de pessoas com deficiências nos âmbitos escolares, no mercado trabalho, no convívio social de modo igualitário, que se fez necessário instituir inúmeras Leis e Decretos para possibilitar a estas pessoas a seguridade de viver em uma sociedade de maneira inclusa. De acordo com as definições expressas em seu art. 3 inciso I.

I- Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia de espaços mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transporte, informação e comunicação, inclusive seus sistemas de tecnologia, bem como outros serviços de instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana quanto rural, por uma pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida;

A Lei Brasileira de Inclusão conseguiu reformular a legislação para atender todos os paradigmas que envolvem as pessoas com deficiências, garantindo um estatuto que viabiliza a seguridade de seus direitos através da Lei. Bem como expressa em seu art. 4 que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas sem haver discriminação. Ainda de acordo com o art. 4, considera-se discriminação:

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistiva.

É importante salientar que a Lei traz uma série amparo para as pessoas com deficiências, bem como, o direito a igualdade e de não discriminação, o direito ao atendimento prioritário, a saúde, a vida, a habitação e reabilitação. A Lei é extensa, em virtude disso, iremos nos aprofundar nos direitos que diz respeito à educação para pessoas com deficiências.

Algo interessante da LBI sobre assegurar uma educação de qualidade, é que ela institui que os sistemas educacionais devem se adequar as necessidades especiais educacionais físicas, sensorial, intelectual e mental dos alunos. As escolas devem promover projetos pedagógicos de atendimento especializado, obstruir

barreiras e ofertar a acessibilidade para que aja o exercício de autonomia dos alunos.

Podemos destacar que, as escolas devem ofertar educação bilíngue, tendo como primeira língua em Libras e em segunda a Língua Portuguesa. Faz-se necessário ter Professores especializados e capacitados para realizar a docência na Educação Especial, cabe frisar que todas essas demandas também devem ser cumpridas pelas instituições privadas, sem acréscimos nas taxas de pagamento de matrícula e mensalidades.

Embora a Lei tenha sido motivo de grande celebração, a mesma não mostrou resultados imediatos, uma vez que, suas normativas dependem de regulamentação para que aja aplicabilidade. Porém, também podemos mencionar os avanços obtidos pela mesma, como a inibição de recusa de matrículas de crianças e adolescentes com deficiência no ensino regular, e no ensino superior, no art.30 inciso I, diz que deve haver tratamento preferencial a alunos com deficiências na dependência das Instituições de Ensino Superior (IES).

4 ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE BREVES (ASBRE)

A ASBRE - Associação dos Surdos de Breves é uma entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade incluir os surdos na sociedade através de atividades educacionais, recreativas, esportivas e socioculturais.

No ano de 2015 formou-se uma equipe de profissionais de surdos e ouvintes voluntários, comprometidos com a comunidade surda brevense visando promover articulação com as comunidades especificamente nos bairros da Cidade Nova (Igreja São José do Operário), Centro (Tagaste, Igreja Perpétuo Socorro) e Santa Cruz (Igreja Catedral da Família) a fim de realizar a difusão da língua brasileira de sinais (LIBRAS) na comunidade brevense.

Uma das professoras entrevistadas relembra:

Professora 2: [...] logo que nós começamos, começamos com ações para a comunidade, onde desenvolvemos a LIBRAS gratuita nos bairros, eu fui uma das professoras que desenvolvi no bairro centro, então dávamos aulas aqui no Tagaste. Nós tínhamos um público bem amplo, quem queria participar, podia ser criança, jovens, adultos... Não tinha idade, a pessoa que quisesse aprender, era só chegar, falar conosco, se inscrever e participar.

Figura 1 – Brasão ASBRE



4.1

A

Figura 2 – Bandeira da ASBRE



ASBRE promove e orienta ASBRE LIBRAS, Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE inários, palestras, sarais de LIBRAS, rodas de conversa, workshop, também eventos alusivos da área da surdez, festivais culturais, campanha de entrega de cestas básicas e Natal ASBRE. As ações do voluntariado são alinhadas a cada projeto.

Uma das professoras entrevistadas destaca que:

Professora 2: As ações estão voltadas para os projetos, que são da Lei Aldir Blanc, nós deixamos de ensinar LIBRAS, só que ele está mais restrito devido à pandemia, então nós deixamos de ter esse publico alvo, que vinha de fora, para trabalhar o publico da ASBRE mesmo, os professores que fazem parte e a associação dos surdos em si.

Atualmente, as ações da ASBRE estão voltadas para os projetos culturais desenvolvidos e financiados pela Lei Aldir Blanc, também conhecida como Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural, lei esta que surgiu com o objetivo de auxiliar trabalhadores e trabalhadoras da cultura bem como espaços culturais brasileiros no período de isolamento social, ocasionado pela pandemia do Covid-19.

Figura 3 - Projeto dança inclusiva do grupo Nheengaibas

Figura 4 – Projeto Musicalidade em LIBRAS



Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE

4.2



Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE

Perfil dos professores da ASBRE

A associação dos surdos de Breves conta com profissionais das mais variadas áreas: ciências, matemática, língua portuguesa, pedagogia. Professores e coordenadores surdos e ouvintes, que trabalham de forma voluntária.

A respeito do perfil do profissional atuante na associação, as entrevistadas relatam:

Professora 1: [...] comprometido com a educação dos surdos, que desempenhe trabalhos voltados para a inclusão dos surdos, goste dos surdos e respeite as suas limitações, ter competência e interesse em aprender Língua Brasileira de Sinais LIBRAS, ter habilidade para interpretar os sinais básicos em LIBRAS, ser desafiador, que deixe de lado o receio da dificuldade a ser enfrentada e viver suas experiências adentra das situações de inclusão. Então, o trabalho da ASBRE ele é assim mesmo, entendeu? Ele é um trabalho que requer muito da pessoa, esforço, dedicação... Porque ele é voluntário, nós não temos renda, então a gente trabalha de acordo com o coração.

Professora 2: os que participam da associação são aqueles que gostam da língua brasileira de sinais e aqueles que tem um carinho e gostam de conviver com a comunidade surda.

Esse profissional que tem a função de interpretar duas línguas: a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa, entendendo que ele tem um importante papel na educação de surdos, podendo contribuir com o rompimento de padrões discriminatórios negativos do contexto escolar e, ao mesmo tempo, com o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos surdos com mais qualidade e eficiência.

4.3 Metodologias utilizadas pela ASBRE

A metodologia utilizada pela ASBRE é de compreender a necessidade de respeitar as diferenças e subjetividades presentes no cotidiano da sala aula, com estratégias e ações didático-pedagógicas que envolvem todos os educandos surdos.

Dentro da ASBRE, em relação à metodologia de ensino, trabalha-se a Língua Brasileira de Sinais com os alunos ouvintes e o ensino da Língua Portuguesa para os surdos que fazem parte da associação:

Professora 2: Por que nós trabalhamos essa metodologia? Porque é muito difícil o surdo aprender a língua portuguesa, porque se você escuta, você consegue me dar o feedback do que você tá ouvindo e conversar comigo, ele não escuta, então pra é passado tudo em LIBRAS.

Há também momentos para a construção de projetos, de apostilas para o curso de LIBRAS, para confecção dos recursos utilizados, adaptações dos recursos para o ensino de LIBRAS na modalidade escrita para surdos, das criações de sinais específicos em LIBRAS não existentes criados pelos surdos da ASBRE.

4.4 Contribuições da ASBRE para a inclusão social dos alunos surdos

A associação tem suas atividades desenvolvidas com os membros desta em criar possibilidades para que os educandos surdos possam promover a construção de conhecimentos de forma a interagir com o mundo. A ASBRE, através de ações, contribui com estratégias para o desenvolvimento social, educacional, cultural, esportivo e recreativo, garantindo a formação de seres humanos integrais, úteis, solidários, autônomos, participativos e competentes socialmente, proporcionando oportunidade igualitária para a inclusão dos surdos na sociedade e a difusão da LIBRAS no município de Breves.

O trabalho da ASBRE possibilitou muitas conquistas em relação ao processo de inclusão de seus alunos, destaca uma das entrevistadas:

Professora 2: Então, hoje... O trabalho não foi fácil, sabe? Que a gente começou lá atrás, mas hoje a gente já tá mais feliz, porque, eles já estão na televisão, eles dão entrevistas, eles têm voz através dos professores que sabem LIBRAS, através dos interpretes. E também eles trabalham, nós temos muitos que trabalham.

Ressaltamos que a presença de interpretes na ASBRE é um aspecto bastante relevante, pois favorece uma melhor aprendizagem dos conteúdos acadêmicos pelos alunos surdos. Considerando-se ainda que presença de interpretes de LIBRAS nas escolas é algo ainda pouco comum.

4.5 Processo de avaliação dos alunos surdos e ouvintes

De acordo com as nossas entrevistadas o processo de avaliação dos alunos ocorre de forma continua e processual durante todo o desenvolvimento das ações. No final de cada atividade realiza-se uma roda de conversa, para discutir sobre os acertos e falhas ocorridos no processo do trabalho. No curso de LIBRAS são

distribuídas fichas avaliativas aos participantes, em forma de questionário, com perguntas para verificar o rendimento, a atuação dos ministrantes e a qualidade dos recursos utilizados.

A avaliação da aprendizagem assume um papel fundamental na vida do aluno, pois, é por meio desta que se pode acompanhar o que o aluno está aprendendo ou não e isto é possível a partir da utilização de procedimentos e instrumentos acessíveis aos alunos. Não foi possível constatar de forma mais aprofundada, em nossa pesquisa, os instrumentos e métodos utilizados para avaliar o aluno surdo, deixando-nos esse questionamento para um possível futuro aprofundamento da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desse estudo foi possível constatar que o trabalho da Associação dos Surdos de Breves é muito importante para a efetivação do processo de inclusão dos surdos.

Espera-se que em um futuro breve, a valorização das pessoas surdas ocorra efetivamente, visto que estas já perderam muito no decorrer do processo histórico em que estiveram imersas. A segregação da sociedade e da escola comum durante muitos anos trouxe perdas irreparáveis.

Fica evidente na contemporaneidade, a necessidade de ocorrer à inclusão de surdos, não somente na escola, mas na sociedade como um todo. Assim, é importante a atuação da ASBRE para que as políticas públicas perpassem o papel e sejam cumpridas de forma corretas e dignas no atendimento a todas as pessoas, sem distinção.

E assim conseguimos perceber ainda mais claramente que uma sociedade inclusiva, seja ela formal ou informal, com sujeitos surdos, deve estar ligada ao desenvolvimento pleno e integral do ser humano, possibilitando este em reunir-se em associações. Sendo que tal comunidade deve ser regada de valores que dão sentido a vida. Afinal a humanização personaliza o ser humano, fazendo com que ele se transforme no convívio com o outro. E a inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção.

A evolução do nosso tempo provoca desafios não só sociais, mas que questionam o mundo e a sociedade, induzindo que ambos busquem respostas para incluir o surdo no mundo, como um ser capaz e útil, igual a todos os demais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alessandra de. **Relações entre o processo de integração/inclusão na Educação Especial e o processo de desinstitucionalização na saúde mental: uma pesquisa-intervenção por meio do acompanhamento terapêutico com pacientes psiquiátricos com longa história de internação**. 2000. Disponível em: <http://www.anped.org/reunioes/23/textos/1525t.PDF>. Acesso em: 28 agost. 2020.

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. *In*: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. Campinas: Papirus, 1998.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 24 Abril 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 Mai. 2020.

BRASIL/MEC. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

_____. **Declaração de Salamanca**: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca–Espanha, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 7.853 que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, de 24 de outubro de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 20 Ago. 2020.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, R. Proposta de Metodologia de Avaliação da Acessibilidade aos Espaços de Ensino Fundamental. *In*: **Anais NUTAU 2006: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade**. São Paulo, USP: 2006.

____ & BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). **Educação Inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. pp. 15-35. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LE MOS, E. R. **Educação dos excepcionais**: evolução histórica e desenvolvimento no Brasil. Tese (Livre Docência, mimeo) Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1981.

LOBATO, Huber Kline Guedes. **A Educação Especial em Breves – Pará**: de 1985 a 2018. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. 81 p.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.) **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

NOGUEIRA, N. **Pedagogia de Projetos**. Etapas, papéis e atores. 4ª edição, São Paulo. Érica, 2008.

TEIXEIRA, Marcia da Rocha; MATOS, Vânier Bernardino. **Experiências em uma escola de formação de professores** – Leis e documentos que permeiam o tempo e levam gradativamente a inclusão às escolas estaduais do Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: http://www.ufrj.br/graduação/prodocencia/publicações/tecnologia-assistiva/Curso%20de%20Extens%C3%A3o%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial%20na%20perspectiva%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva%20estrat%C3%A9gias%20pedag%C3%B3gicas%20para%20favorecer%20a%20inclus%C3%A3o%20escolar/TEIXEIRA_E_MATOS_OK.pdf . Acesso em: agost. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. 5. ed. 18 reimpre. São Paulo: Atlas, 2009.

VYGOTSKY, L.S. et al. (1988). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo (Brasil).

ANEXO A – PROJETO DANÇA INCLUSIVA DO GRUPO NHEENGAIBAS



Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE



Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE



Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE

ANEXO B – PROJETO MUSICALIDADE EM LIBRAS



Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE



Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE



Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE

ANEXO C – OFINA DE LIBRAS



Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE



Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE



Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE

ANEXO D – PROJETO DANCING SURDOS

Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE



Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE



Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE



Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE

ANEXO E – 5º ANIVERSARIO DA ASBRE

Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE



Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE

Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE



Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE



Fonte: Biblioteca de fotos da ASBRE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Que ações são desenvolvidas pela ASBRE?

Quais os perfis dos alunos e professores da ASBRE?

Quais são as metodologias adotadas pela ASBRE?

Quais as contribuições da ASBRE para a inclusão social dos alunos surdos?

Como a ASBRE realiza o processo de avaliação dos alunos?